



DA PRIVAÇÃO AO RECONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

CARDOSO, Martha Vanessa Lima do Nascimento¹

MENEZES, Anderson de Alencar²

Grupo de Trabalho (GT5): Pedagogia, Educação e seus Fundamentos (Filosóficos, Sociológicos, Antropológicos e Psicológicos).

RESUMO

Este estudo propõe uma análise do reconhecimento como categoria filosófica e sociopolítica, com base na Teoria Crítica, especialmente nos aportes de Axel Honneth (2009). Partindo da articulação entre privações afetivas, jurídicas e sociais, investiga-se a gênese de condutas antissociais e de fenômenos de violência estrutural que atingem jovens em conflito com a lei. A partir de um diálogo teórico entre Honneth, Winnicott, Ricoeur e Freire, o artigo problematiza a invisibilidade de sujeitos vulnerabilizados e propõe uma abordagem socioeducativa pautada no reconhecimento intersubjetivo, como fundamento para a emancipação humana e a justiça social. Ao final, defende-se a necessidade de reconfigurar as políticas públicas socioeducativas brasileiras com base em uma práxis crítica e humanizadora.

Palavras-chave: Reconhecimento. Privação. Emancipação. Socioeducação. Teoria crítica.

1. INTRODUÇÃO

A categoria do reconhecimento intersubjetivo tornou-se central para a interpretação dos conflitos sociais contemporâneos, sobretudo a partir das contribuições de Axel Honneth (2009) que atualiza a tradição hegeliana no contexto da Teoria Crítica. Este estudo parte da hipótese de que formas de privação afetiva, jurídica e social são determinantes para o surgimento de condutas antissociais em jovens em situação de vulnerabilidade, exigindo respostas socioeducativas que ultrapassem o paradigma punitivista vigente no Brasil.

Para tanto, o trabalho estrutura-se em três eixos principais:

- a) A fundamentação filosófica do reconhecimento e sua articulação com a justiça social;
- b) A análise psicossocial da privação com base em Donald Winnicott e seus estudos sobre a primeira infância;

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: martha.nascimento@cedu.ufal.br Instituição.

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: anderufal@gmail.com





c) As possibilidades de emancipação social e política por meio de uma educação crítica e dialógica.

A pesquisa é de natureza qualitativa e teórica, com base em revisão bibliográfica sistemática das obras de referência. O estudo também se ancora na realidade das políticas socioeducativas brasileiras, marcadas por altos índices de violência juvenil e pelo predomínio de práticas repressivas.

2. OBJETIVO

Analisar o papel do reconhecimento como categoria central da Teoria Crítica, articulando-o às dimensões da privação e da emancipação, a fim de compreender suas implicações para a construção de práticas socioeducativas críticas e humanizadoras voltadas a jovens em situação de vulnerabilidade social.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Reconhecimento como categoria crítica e emancipatória

O conceito de reconhecimento, embora presente desde Fichte e Hegel, adquire contornos mais complexos nas formulações contemporâneas, especialmente com Honneth, Taylor e Habermas. O reconhecimento é compreendido como uma condição ontológica para a constituição da identidade, como fundamento moral para a justiça e como base normativa para práticas emancipatórias.

Para Honneth (2009), as lutas sociais são movidas não apenas por disputas materiais, mas por experiências de desrespeito que ferem a autoestima, a autoconfiança e o autorrespeito dos sujeitos. Quando indivíduos ou grupos são sistematicamente desvalorizados, ocorre uma ruptura no reconhecimento intersubjetivo, o que pode gerar indignação, resistência e mobilização por transformação social.

Essa perspectiva permite reinterpretar fenômenos como a delinquência juvenil não apenas como desvios de conduta, mas como respostas morais a experiências de exclusão e invisibilidade social.





O reconhecimento, para Honneth, se estrutura em três esferas: Amor - relações afetivas que desenvolvem a autoconfiança; Direito - garantia de direitos e igualdade jurídica que fortalece o autorrespeito; Solidariedade - valorização social das singularidades que alimenta a autoestima.

Essas três dimensões, se negligenciadas, produzem danos profundos à constituição subjetiva e social dos indivíduos, especialmente daqueles já historicamente marginalizados.

3.1.2 A privação como matriz da violência: Winnicott e a dimensão psíquica

Para compreender os efeitos da ausência de reconhecimento, o estudo mobiliza a teoria de Winnicott, especialmente no que tange aos conceitos de privação e deprivação. Ambos se referem a falhas no ambiente de cuidado durante a infância, mas possuem naturezas distintas: a Privação - caracterizada pela ausência de cuidados básicos desde a primeira infância, impedindo assim, a constituição de um vínculo seguro com a figura materna e a Deprivação - como perda abrupta de um ambiente anteriormente seguro, gerando sentimentos de abandono e rebeldia.

Segundo Winnicott, tais experiências podem originar a tendência antissocial, que não deve ser confundida com distúrbios psiquiátricos, mas compreendida como uma forma de protesto diante da perda do cuidado e da esperança. A delinquência, portanto, é muitas vezes uma dramatização inconsciente da busca por um “ambiente suficientemente bom”.

Essas teorias ajudam a entender que os jovens em conflito com a lei frequentemente são filhos de famílias também marcadas por processos de exclusão e invisibilidade social. A violência cometida por eles, muitas vezes, é expressão de uma **violência anterior sofrida**, marcada por negligência, abandono e ausência de reconhecimento.

3.1.3 Justiça, perdão e reconhecimento: contribuições de Ricoeur

A obra de Paul Ricoeur amplia o debate ao articular memória, justiça, perdão e reconhecimento. Para o autor, a justiça moderna está enraizada na violência,





especialmente na lógica da vingança. No entanto, a verdadeira justiça exige distanciamento reflexivo entre a ofensa e a resposta punitiva, abrindo espaço para o perdão como experiência ética e política.

Ricoeur defende que o perdão não nega a responsabilidade do agressor, mas abre a possibilidade de reconstrução da relação intersubjetiva. Trata-se de uma experiência rara e difícil, mas capaz de romper com o ciclo da violência. Nesse sentido, o perdão é um gesto de reconhecimento que cura a memória, sem apagá-la. Para a socioeducação, essa reflexão é fundamental: se a justiça se resume à punição, perpetua-se a lógica da exclusão. Mas, se é atravessada por práticas restaurativas e reconhecedoras, abre-se a possibilidade de reintegração e transformação social.

3.2. Reificação, capitalismo e exclusão: crítica social em Honneth

Outro eixo fundamental da análise é o conceito de reificação, retomado por Honneth a partir de Lukács, mas reinterpretado como um esquecimento do reconhecimento. A reificação é o processo pelo qual os sujeitos passam a ser tratados como coisas, apagando-se a dimensão intersubjetiva das relações humanas. Honneth argumenta que o capitalismo neoliberal intensifica esse processo, transformando pessoas em mercadorias, desumanizando relações e corroendo o tecido social.

A reificação se manifesta não apenas em fenômenos extremos, mas também nas práticas cotidianas – nas famílias, nas escolas, nos ambientes de trabalho e até nas redes sociais. Esse quadro torna-se ainda mais grave quando se observa que as políticas públicas, ao invés de combaterem a exclusão, muitas vezes a reforçam por meio de práticas burocráticas, punitivas e despersonalizadas.

3.2.1 Socioeducação e emancipação: por uma agenda crítica e humanizadora

Com base nas contribuições teóricas analisadas, o estudo propõe uma reorientação profunda das políticas socioeducativas no Brasil. Em vez de adotar uma lógica punitiva e segregadora, é preciso construir uma agenda emancipatória,





baseada nos princípios do Reconhecimento intersubjetivo como fundamento pedagógico; na Educação crítica e libertadora, de acordo com os postulados freireanos, que promova a consciência de si e do mundo, bem como, com Práticas restaurativas que valorizem o diálogo, o perdão e a reconstrução de vínculos, além de garantir a valorização da cultura, da identidade e das experiências dos jovens, superando estigmas e rótulos.

Nessa direção, compreende-se que a socioeducação, não deve ser entendida apenas como correção de condutas, mas como processo contínuo de reconstrução subjetiva, cultural e política dos jovens que estão sob a custódia do Estado em consequências do cumprimento de medida de internação socioeducativa.

4. PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na Teoria Crítica e em suas interfaces com a psicologia do desenvolvimento, a filosofia hermenêutica e a pedagogia crítica. A investigação organiza-se a partir da análise de referenciais teóricos de autores como Axel Honneth, Donald Winnicott, Paul Ricoeur e Paulo Freire, cuja produção intelectual possibilita compreender os vínculos entre privação, reconhecimento e emancipação no campo socioeducativo.

Metodologicamente, opta-se por um estudo de caráter exploratório e analítico, voltado para a sistematização e interpretação de categorias teóricas, de modo a estabelecer conexões entre diferentes campos de saber e suas repercussões para a prática socioeducativa.

No que concerne aos procedimentos éticos, ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa de natureza teórica e bibliográfica, não há envolvimento direto com sujeitos de pesquisa, dispensando a submissão a Comitês de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados os princípios de rigor científico, respeito à integridade intelectual e a devida referência às fontes consultadas, em consonância com as diretrizes da ABNT e da ética acadêmica.

5. RESULTADOS





A análise desenvolvida evidenciou que a privação, em suas dimensões afetiva, jurídica e social, constitui um elemento central para a compreensão das vulnerabilidades que atingem jovens em conflito com a lei. Constatou-se que o reconhecimento, tal como elaborado por Honneth, oferece uma base normativa e ética capaz de orientar práticas socioeducativas mais inclusivas e emancipatórias.

A interlocução com Winnicott permitiu compreender os impactos psíquicos da ausência de reconhecimento, enquanto as contribuições de Ricoeur ampliaram a reflexão sobre justiça e perdão como instrumentos de reintegração social. Por fim, a pedagogia crítica de Freire destacou a necessidade de uma socioeducação que supere práticas meramente punitivas, fortalecendo processos de humanização e emancipação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação entre as teorias de Honneth, Winnicott, Ricoeur e Freire, este estudo defende que o reconhecimento é a base ontológica, moral e política para qualquer projeto emancipatório. As formas de privação vividas por jovens em conflito com a lei não podem ser vistas como falhas individuais, mas como expressões de um sistema estruturalmente excludente.

Nesse contexto, a teoria crítica oferece ferramentas para desnaturalizar a violência e a marginalização, propondo alternativas centradas na dignidade humana, na solidariedade e na justiça social. As políticas socioeducativas brasileiras precisam urgentemente ser ressignificadas com base em uma ética do reconhecimento, capaz de promover não apenas a reintegração dos jovens, mas também a transformação das estruturas sociais que os excluem. A luta por reconhecimento, portanto, é também uma luta por cidadania, por justiça e por humanidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Pesquisando os jovens brasileiros: os desafios da educação. Alfabetização e Cidadania: Revista da Educação de Jovens e Adultos.** Brasília. 2006.





- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2005.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Flasco do Brasil, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GUBERT, Paulo Gilberto. **O perdão difícil: Ricoeur sobre a relação entre vingança, justiça e reconhecimento**. Dissertatio, Revista de Filosofia. Pelotas, RS. Vol. 8. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/issue/view/760>.
- HONNET, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- HONNET, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à Educação para Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Editora UNICAMP. São Paulo. 2007.
- RICOUER, Paul. **Percorso do Reconhecimento**. Edições Loyola. São Paulo. SP. 2006.
- RICOUER, Paul. **Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés-Editora, 1989.
- SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1985.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Autores Associados, Campinas, 2007.
- SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e Delinquência**. São Paulo. 4ª Edição. Martins Fontes, 2005.

